



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
93ª Defensoria Pública de Curitiba



Nome: _____

RG: _____ Assinatura: _____

Questões Objetivas

1. Assinale a alternativa correta:

- (a) Norma jurídica e regra jurídica são sinônimos.
- (b) Norma jurídica é sinônimo de texto normativo.
- (c) Norma jurídica válida decorre unicamente da lei.

(d) Norma jurídica não se confunde com proposição jurídica.

2. Assinale a alternativa correta:

- (a) O juízo criminal, ao decidir um fato penalmente relevante, poderá utilizar valores morais da sociedade em que o réu está inserido para agravar a pena imposta por sentença condenatória, caso a conduta do acusado esteja em desacordo com valores socialmente compartilhados.

(b) O juízo criminal, ao decidir um fato penalmente relevante, poderá utilizar valores morais da sociedade em que o réu está inserido para absolver o réu, caso a conduta do acusado esteja de acordo com valores

socialmente compartilhados.

- (c) Na Modernidade, e especialmente com o advento do Estado Constitucional, não é possível admitir a valoração moral de condutas criminosas pelo Poder Judiciário, pois o Direito deve operar, exclusivamente, com valores jurídicos, estando alheio a questões extra-jurídicas.

(d) Todo ilícito jurídico é, necessariamente, uma infração moral, porém nem toda infração moral é um ilícito jurídico.

3. Assinale a alternativa correta:

- (a) O positivismo jurídico, teoria surgida com a proposta kelseniana de “Teoria Pura do Direito”, prega que o Direito resume-se ao direito positivado.

(b) A proposta de Uso Alternativo do Direito defende, por meio de atividade hermenêutica, buscar uma aplicação do direito positivo vigente que venha ao encontro dos interesses populares e que permita a emancipação dos cidadãos.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
93ª Defensoria Pública de Curitiba



Nome: _____

(c) O pós-positivismo defende o fim do direito estatal.

(d) Desde a antiguidade clássica (Grécia, Roma), apenas é direito aquilo que é positivado pelo poder estatal, constituindo a crítica atual ao positivismo jurídico um pensamento ultra-moderno.

4. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

(*considerou-se duas respostas*)

(a) **A jurisdição penal, para ser legítima, deve ser exercida em conformidade ao que prevê a Constituição e a Legislação, sendo vedado, portanto, que os regulamentos administrativos dos tribunais disponha de modo diverso ao previsto constitucional e legalmente.**

(b) **Tanto a jurisdição penal quanto à jurisdição civil tem como escopo a tutela de direitos; no caso da jurisdição penal, o Estado-Juiz tutela o direito da vítima de ser protegida de seu agressor.**

(c) No processo penal, a função essencial à Justiça exercida pela Defensoria Pública é imprescindível para a observância do devido processo legal, sobretudo para garantia do contraditório e da ampla defesa, não podendo ser afastada por ato judicial.

(d) Em razão da obrigatoriedade do processo penal para aplicação da pena é possível afirmar que nunca haverá pena criminal sem o devido processo.

5. O artigo 5º, incisos LIII e LIV, da

Constituição da República, prescreve que

“ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente” e que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

Com base nestes textos da Constituição, julgue os itens a seguir, assinalando a alternativa **correta**:

(a) Caso a incompetência de um juízo criminal seja verificada unicamente na sentença, todos os atos anteriormente praticados continuam válidos, inclusive decisão pela prisão preventiva, bastando encaminhar o processo para o juiz competente julgar.

(b) **Não se admite em nosso ordenamento jurídico o Poder Geral de Cautela pelo juízo criminal, exceto se for para beneficiar o cidadão submetido à jurisdição penal, conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça.**

(c) Não fere o princípio do juiz natural ato do presidente do tribunal de justiça que desloca um processo de uma vara criminal para outra com fundamento na complexidade do fato.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
93ª Defensoria Pública de Curitiba



Nome: _____

(d) A privação da liberdade mencionada no texto constitucional é exclusivamente a prisão, não se incluindo os casos de restrição parcial do direito de ir, vir e permanecer, como ocorre nas penas em meio aberto e nas medidas protetivas previstas pela Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

6. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

(a) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

(b) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

(c) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

(d) É isento de pena o agente que, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

7. Assinale a alternativa **correta**:

(a) O crime de ameaça pode ser cometido culposamente.

(b) Como o objetivo do processo penal é proteger a vítima, é lícito aplicar a sanção penal prevista pelo crime art. 129, §9º, do CP (lesões corporais dolosas decorrente de violência doméstica), mesmo quando não estiver narrado na denúncia o dolo, pois eventual falha técnica não pode causar prejuízo ao direito da vítima.

(c) Para incidência da agravante prevista no art. 213, §1º, do CP (estupro de pessoa maior de 14 anos e menor de 18 anos), é presumido que o réu conhecia a idade da vítima, sendo incumbência da defesa provar que ele não sabia.

(d) A mera cogitação de prática de satisfação da lascívia com pessoa menor de 14 anos, independentemente do intento ou da qualidade do agente, jamais pode configurar o crime previsto no art. 217-A, do CP (estupro de vulnerável).

8. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

(questão anulada)

(a) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
93ª Defensoria Pública de Curitiba



Nome: _____

(b) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

(c) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

(d) A denúncia ou queixa conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

9. Assinale a alternativa correta:

(a) O interrogatório do réu serve unicamente como meio de defesa, não podendo seu teor ser utilizado como elemento para condenação.

(b) O teor da prova testemunhal trazida pela defesa não pode ser utilizado para fundamentar sentença condenatória.

(c) O réu tem o direito de acessar e

conhecer todas as provas produzidas e trazidas a juízo antes de submeter-se ao interrogatório.

(d) O juízo pode condenar o réu por fato distinto do contido na denúncia ou queixa-crime, desde que haja prova idônea e indubitável.

10. Assinale a alternativa correta:

(a) O descumprimento de medida cautelar distinta da prisão, como a proibição de manter contato ou se aproximar com a suposta vítima, enseja, automaticamente, a prisão preventiva do noticiado independentemente de decisão judicial.

(b) A prolação de sentença penal condenatória a pena superior a 08 (oito) anos impede que o réu recorra em liberdade caso esteja preso preventivamente durante todo o processo.

(c) No Estado Constitucional, o direito de liberdade é tutelado pelo processo penal e pelas garantias dele decorrentes.

(d) As medidas cautelares distintas da prisão, por não importarem em restrição de liberdade, podem perdurar indefinidamente.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
93ª Defensoria Pública de Curitiba



Nome: _____

Gabarito das Questões Objetivas

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
b	b	b	b	b	b	b	b	b	b
c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
d	d	d	d	d	d	d	d	d	d



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
93ª Defensoria Pública de Curitiba



Nome: _____

Questão Dissertativa

Comente criticamente, em até 30 linhas, os seguintes fragmentos de textos:

O juiz-no-mundo não é neutro, mas pode e deve ser imparcial, principalmente se compreendermos que a imparcialidade é uma construção técnica artificial do direito processual, para estabelecer a existência de um terceiro, com estranhamento e em posição de alheamento em relação ao caso penal (*terzietà*), que estruturalmente é afastado. É, acima de tudo, uma concepção objetiva de afastamento, estrutural do processo e estruturante da posição do juiz. É por isso que insistimos tanto na concepção do sistema acusatório a partir do núcleo fundante ‘gestão da prova’ (Jacinto Coutinho), pois não basta a mera separação inicial das funções de acusar e julgar, **precisamos manter o juiz afastado da arena das partes e, essencialmente, atribuir a iniciativa e gestão da prova às partes, nunca ao juiz, até o final do processo.** Um juiz-ator funda um processo inquisitório; ao passo que o processo acusatório exige um juiz-espectador. (LOPES Jr. Aury, *Teoria da dissonância cognitiva ajuda a compreender imparcialidade do juiz*, disponível em <http://www.conjur.com.br/2014-jul-11/limite-penal-dissonancia-cognitiva-imparcialidade-juiz>, acesso em 10/12/2015, grifado)

Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial. (Art. 311 do Código de Processo Penal – Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011, grifado).

- 1) *50% da questão dissertativa avaliou a compreensão dos textos, a escrita e capacidade argumentativa do candidato e outros 50% os conhecimentos jurídicos demonstrados na resposta.*
- 2) *Exemplo de assuntos que deveriam ser tratados, independentemente da abordagem: processo acusatório vs. inquisitório; produção e gestão de provas no processo penal; neutralidade vs. imparcialidade; processo penal como garantia; crítica à iniciativa judicial durante a fase de inquérito policial; contraditório no processo penal; outros assuntos correlatos.*